

CUSTEIO E REPASSE DO FUNDEB NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ITINGA/MG

Fernando de Carvalho Pires;
Mestrando UFVJM;
fernando.carvalho3108@gmail.com

INTRODUÇÃO

A realidade política brasileira apresenta antecedentes de discrepância entre o plano conceitual e a efetividade das políticas públicas, evidenciando a importância de se investigar o processo de implantação de uma política pública relevante como o FUNDEB.

Diante disso, o presente resumo objetiva identificar os recursos recebidos pelo Município de Itinga- MG, através do FUNDEB relativos ao período de 2006-2015, bem como mensurar a participação desse município na arrecadação dos recursos para FUNDEB e os valores gastos com despesas de pagamento dos profissionais da educação.

MARCO TEÓRICO

Primeiramente, destaca-se que a criação do FUNDEF pelo governo federal em 1996 foi instituída pela Emenda Constitucional 14/96, e regulamentado pela Lei 9424/96 e pelo Decreto 2264/97. Santos (2010) descreve que este fundo tem como finalidade o atendimento aos municípios que não dispunham de recursos, forçando a regularização e procurando corrigir as desigualdades regionais entre estados e municípios, aprimorando a visibilidade e estimulando a expansão do fluxo de recursos para o financiamento escolar.

Dez anos depois ocorreu a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), instituído pela Emenda Constitucional nº 53/2006, regulamentado pela Lei 11494/2007 e pelo Decreto 6253/2007. Este fundo permitiu a ampliação desta política para todas as etapas da educação básica.

O documento “Subsídios ao Ministério Público para acompanhamento do FUNDEB” diz que:

O Fundeb é um Fundo de natureza contábil, de âmbito estadual, [...] e implantado a partir de janeiro de 2007, garantindo, por meio de seu mecanismo de distribuição de recursos, que a maior parte das receitas vinculadas à educação, no âmbito dos Estados, Distrito Federal e Municípios, seja aplicada na educação básica, promovendo uma melhor distribuição destes recursos. (BRASIL, 2008, p. 11).

Sabe-se ainda que os municípios receberão os recursos deste fundo com base no número de alunos da educação infantil e do ensino fundamental, enquanto que os Estados terão com base no número de alunos do ensino fundamental e médio.

A formação deste Fundo, no domínio de cada Estado, deriva da aplicação de percentuais que se elevarão, gradativamente, de forma a alcançar o percentual de 20% em 2009, sobre as seguintes receitas: Fundo de Participação dos Estados–FPE, Fundo de Participação dos Municípios–FPM, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços–ICMS, Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações–IPIexp, Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores–IPVA, Imposto Territorial Rural (Quota-Parte dos Municípios)–ITRm, Imposto sobre Transmissão Causa *Mortis* e Doações–ITCMD, Receitas da LC 87/96 e Receitas da Dívida Ativa incidentes sobre estes impostos.

O valor correspondente aos 60% sobre o FUNDEB é exclusivo ao pagamento dos profissionais,

nele incluindo salários, benefícios, capacitações, qualificações e formação continuada.

METODOLOGIA

O presente estudo é classificado quanto aos meios, aos fins, à abordagem, à coleta, ao tratamento e ao cenário da pesquisa. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e descritiva, cuja seção da Análise de Dados, demonstrará os fatos e evolução dos recursos do FUNDEB do Município de Itinga/MG, através de tabelas.

O Município de Itinga localiza-se no Nordeste de Minas Gerais e integra o Vale do Jequitinhonha. Possui cerca de 10000 habitantes e uma de área aproximadamente 1649,22.

ANALISE DOS DADOS

Tabela 1-Número de Matrículas da Rede Municipal de Itinga/MG

Ano	Matrículas
2006	1497
2007	1452
2008	1684
2009	1655
2010	1580
2011	1539
2012	1490
2013	1436
2014	1336

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais-INEP

Tabela 2-Valores do FUNDEB Repassados ao Município de Itinga/MG

Ano	Montante
2007	1577443,27
2008	2343386,79
2009	2591543,92
2010	3258390,32
2011	3552470,46
2012	3672594,19
2013	4154575,19
2014	4227180,91
2015	4 270 171,71

Tabela 4-Gastos do FUNDEB com os Profissionais da Educação de Itinga/MG e o Percentual

Ano	Gastos	Valor Mínimo	Índice
2007	1061874,23	940138,72	67,76%
2008	1453036,05	1416874,81	61,53%
2009	1623246,95	1561201,43	62,38%

2010		2118942,40	1968152,72	64,59%
2011		2292025,40	2152759,80	63,88%
2012		2607270,65	2222127,39	70,39%
2013		2765567,89	2422101,95	63,26%
2014		2811520,07	2547121,11	66,23%
2015		2693025,83	2587333,00	62,45%

Fonte: FNDE: Sistema de Informação sobre Orçamentos Públicos em Educação

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ora desenvolvida demonstrou de através dos valores quantitativos como tem sido a efetivação do FUNDEB como Política de Financiamento da Educação no contexto da realidade do Município de Itinga/MG.

Percebeu-se que o Município de Itinga/MG contribui, no limite dos 20%, no custeio do FUNDEB, através dos recursos do seu FPM e do ITRm.

Ademais, concluiu-se que o Município pesquisado cumpre com o limite legal de 60% dos gastos do FUNDEB com o pagamento de pessoal do magistério. Assim, fica demonstrada a efetividade da política de financiamento do FUNDEB na rede municipal de ensino da cidade de Itinga/MG.

Espera-se que o trabalho seja complementado por estudos posteriores que venham a analisar a qualidade do ensino de Itinga/MG, bem como a superação dos dados de analfabetismo da cidade, a universalização da educação e a promoção da cidadania preconizada pela Constituição Federal.

REFERENCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Subsídios ao Ministério Público para acompanhamento do FUNDEB. 2008.

CAMPOS, Amauri Ramos de. O Cumprimento dos Limites Constitucionais Mínimos de Gastos com Educação e Saúde. Disponível em <http://www.unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/gestao_foco/artigos/ano2014/cumprimento_limitespdf.pdf> Acesso em jun. 2016.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE. FUNDEB Manual de Orientação. 2008.

FERNANDES, Francisco das Chagas. O Fundeb como política pública de financiamento da educação básica. Revista *Retratos da Escola*, Brasília, v. 3, n. 4, p. 23-38, jan./jun. 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MENDES, Danielle Cristina de Brito. FUNDEB: avanços e limites no financiamento da educação básica no Brasil. Revista Eletrônica de Educação. São Carlos, SP: UFSCar, v. 6, no. 2, p. 392-412, nov. 2012.

PINTO, José Marcelino de Rezende. A Política Recente de Fundos para o Financiamento da Educação e seus Efeitos no Pacto Federativo. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 877-897, out. 2007.

SANTOS, Sebastião Luiz Oliveira dos. As Políticas Educacionais e a Reforma do Estado no Brasil

(Dissertação Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós- Graduação em Ciência Política- PPGCP. 2010.